

Ambiental Transportes Urbanos S.A.

CNPJ/MF nº 08.405.256/0001-90

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de ações)									
BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Circulante		116.128	103.846	Circulante		93.741	68.708	2021	2020
Caixa e bancos	4	166	262	Fornecedores		3.893	3.517	(1.774)	464
Contrato de mútuo e Spttrans	5	114.194	101.408	Obrigações trabalhistas e sociais	10	3.409	3.161		
Estoques	6	1.696	1.919	Provisão de férias	10	4.190	4.618		
Adiantamentos		72	257	Empréstimos e financiamentos - CP	9	19.148	15.417		
Não circulante		4.798	5.619	Impostos e taxas		585	1.247		
Realizável a longo prazo		4.322	4.329	Outras contas a pagar	12	60.847	40.329		
Depósitos judiciais	7	3.946	4.130	Parcelamento de tributos - INSS	11	1.669	419		
Participações societárias		376	199	Não circulante		27.185	40.757		
Imobilizado	8	476	1.290	Exigível a longo prazo		24.701	36.225		
Custo		154.469	155.262	Empréstimos e financiamentos - LP	9	18.331	28.838		
Depreciação e amortizações		(153.993)	(153.972)	Parcelamento de tributos - INSS - LP	11	2.693	2.613		
Intangível	8	-	-	Provisão para contingências	13	3.678	4.774		
Custo		955	955	Patrimônio líquido		2.484	4.532		
Depreciação e amortizações		(955)	(955)	Capital social	14	16.687	16.687		
Total do ativo		120.926	109.465	Prejuízo acumulado		(14.204)	(12.155)		
				Total do passivo		120.926	109.465		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Ambiental Transportes Urbanos S.A. tem por objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros na zona urbana da Cidade de São Paulo – podendo para tanto firmar convênios com entidades e autarquias governamentais, entidades particulares e/ou qualquer outra pessoa de direito privado, podendo ainda, em atendimento ao seu objeto social, participar de outras sociedades como acionista ou quotista. Em 13 de Dezembro de 2007, a Sociedade, através do Consórcio Leste 4 (do qual fazia parte como empresa líder) obteve a concessão de serviço de transporte coletivo de passageiros do Subsistema Estrutural da Área 4, conforme processo administrativo Nº 2005-0.142.361-0, concorrência Nº 006/2006 – Secretaria Municipal de Transportes – SMT- Contrato de Concessão nº 037/07 SMT-GAB. Em 11 de Outubro de 2013, conforme o Decreto Municipal nº 54.458, foi declarada a caducidade do Contrato de Concessão nº 037/07-SMT-GAB, sendo em consequência desfeito o Consórcio Leste 4; Em razão disso, iniciou-se o regime de contratação emergencial da AMBIENTAL pela Secretaria Municipal de Transportes – SMT. Em 05/04/2019 foi publicado Diário Oficial da Cidade de São Paulo a homologação e adjudicação do procedimento licitatório e seus respectivos licitantes vencedores conforme Processo 6020.2018/0003185-3 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros e Processo 6020.2018/0003186-1 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Articulação Regional, onde a Ambiental Transportes Urbanos S.A. operará como consorciada do Consórcio Transvida nos Lotes designados E8, AR9 e AR0. Em 24 de maio de 2019 foi assinado pelo Consórcio Transvida - Contrato 029/2019 –Grupo Local de Articulação Regional Lote AR0. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei n.º 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei n.º 11.941 de 27 de Maio de 2009. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **3. Principais práticas contábeis:** a) **Auração do Resultado:** As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização. b) **Ativos e Passivos:** Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data de balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, consequentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes. c) **Contratos de Mútuos e SPTTrans:** As contas a receber referem-se substancialmente aos créditos de bilhetes a receber na execução normal de suas atividades, pendentes de pagamento pela Secretaria Municipal de Transportes (SPTTrans) e Contrato de Mútuo firmado entre Ambientalttrans Investimentos e Participações S.A. e a Arvida Administração e Participações S.A. d) **Estoques:** Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado. e) **Imobilizado:** Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. A companhia procedeu a levantamentos internos para avaliação do valor atual do ativo imobilizado e como resultado foi preparada análise quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, revisão do "impairment" e constatado que não há necessidade de redução dos valores registrados, nem acréscimos a título de valores de mercado. f) **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo:** São apresentados ao valor líquido de realização. g) **Passivo Circulante e não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais. h) **Fornecedores:** Representados pelos valores corrigidos até a data do balanço, quando aplicável. i) **Empréstimos e Financiamentos Bancários:** Demonstrados pelos valores atualizados, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço. j) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido. k) **Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas:** Representados por salários a pagar e pelos montantes devidos ao INSS, IRRF, FGTS e outros impostos e contribuições. l) **Provisões:** As provisões são reconhecidas no balanço quando a empresa possui obrigações legais ou como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. m) **Provisão para Contingências:** Constituída para fazer face às indenizações por reclamações trabalhistas e ações cíveis, considerando a opinião dos assessores jurídicos quanto

às prováveis perdas. n) **Redução ao Valor Recuperável dos Ativos:** A empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). A administração tem por política apurar periodicamente e especificamente em dezembro de cada ano civil o valor de mercado de sua frota. o) **Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC:** As demonstrações de Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 3.8, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamento Contábil, que trata da Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC. **4. Caixa e bancos:**

	2021	2020
Caixa - numerários	68	262
Bancos - depósitos a vista	98	-
Total	166	262

 Os valores de caixa-numerários correspondem à arrecadação em dinheiro de passageiros, que serão transferidos ao banco via carro forte. **5. Contratos de mútuo e Spttrans**

	2021	2020
Mútuo - Ambientalttrans Invest. Participações	90.453	80.848
Mútuo - Arvida Adm. e Participações	20.096	17.995
São Paulo Transportes - SP Trans	3.645	2.865
Total	114.194	101.408

 Contratos de Mútuo com a partes relacionados referem-se aos Empréstimos a Ambientalttrans Investimentos e Participações S.A. e Arvida Administração e Participações S.A. a serem recebidos em 2022. **6. Estoques:** Composto conforme segue:

	2021	2020
Peças, componentes e Acessórios	1.501	1.749
Materiais Diversos	76	82
Óleo Diesel	69	46
Óleos, Graxas e Lubrificantes	42	34
Pneus e Materiais de Rodagem	8	8
Total	1.696	1.919

7. Depósitos judiciais

	2021	2020
Penhora - Spttrans	2.255	2.255
Depósitos Judiciais	1.691	1.874
Total	3.946	4.130

8. Imobilizado e intangível

	Saldos 2020	Adições 2020	Saldos 2021
Custo corrigido			
Custo			
Instalações	467	14	- 481
Veículos de transporte de passageiros	149.613	- (892)	148.721
Veículos - outros	833	7	- 840
Máquinas e equip. (inclui validadores)	2.436	80 (2)	2.514
Móveis e utensílios	155	-	- 155
Aparelhos rastreadores	1.431	-	- 1.431
Benefitórias bens de terceiros	328	-	- 328
Total custo	155.262	102	(894) 154.470
Depreciação acumulada			
Instalações			
Veículos de transporte de passageiros	(148.842)	20%	(759) 892 (148.708)
Veículos - outros	(584)	10%	(86) - (670)
Máq equipamentos (inclui validadores)	(2.294)	10%	(35) 2 (2.327)
Móveis e utensílios	(141)	10%	(5) - (146)
Aparelhos rastreadores	(1.425)	10%	(4) - (1.429)
Benefitórias bens terceiros	(306)	10%	- - (306)
Total depreciação	(153.972)		(916) 894 (153.994)
Intangível			
Licença (software) a amortizar	955	-	- 955
Amortização de bens intangíveis	(955)	20%	- - (955)
Total imobilizado	1.290		(814) - 476

 A sociedade realiza periodicamente pesquisa a valor de mercado a fim de assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior ao seu valor recuperável "impairment" referente a frota por carro. **9. Empréstimos e financiamentos**

	2021	2020
Conta garantida - Banco Itau	-	75
Conta garantida - Banco Luso	2.790	2.907

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemoseticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

Empréstimo swap - Banco Bradesco 5.851 -
Finames - Banco Bradesco/ Itau BBA 28.838 41.273
Total **37.479** **44.255**
Curto prazo 19.148 15.417
Longo prazo 18.331 28.838
Operações Finames para aquisições de veículos de frota operacional, sendo que 100% dos Contratos são pertencentes ao Banco Bradesco / Itau BBA firmado em média no prazo de 120 meses a uma taxa anual que varia entre 5,50% a 10,00%. Foram firmados empréstimos junto ao Banco Bradesco – Swap para capital de giro conforme Contrato de Concessão de Dívida 01.01172103712, 01.01172104046 e 01.01172200094 a uma taxa média de 4,00% a.a + CDI no prazo de 12 meses.
10. Obrigações trabalhistas, sociais e provisão de férias

	2021	2020
Convênios	435	484
Encargos	1.183	1.077
Obrigações trabalhistas e Sociais	1.790	1.600
Total	3.409	3.161
Provisão para Férias	3.560	3.930
Encargos sobre férias	629	688
Total	4.190	4.618

 Referem-se a obrigações trabalhistas e sociais dos colaboradores da empresa, bem como os convênios ora descontados e repassados para as Empresas contratadas. A provisão de férias é constituída mensalmente em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais dos colaboradores, acrescidos dos respectivos encargos sociais.
11. Parcelamento de tributos INSS, CPRB, CSLL e IRPJ

	2021	2020
Curto prazo	1.669	419
Longo prazo	2.693	2.613
Total	4.361	3.032

 No dia 25/11/2014 com base na Lei 12.996/2014 aderimos ao Parcelamento de débitos previdenciários em 180 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 30/09/2029. E em 08/04/2020 aderimos aos Parcelamentos Simplificado/Ordinário de Débitos previdenciários 0090821200025130542078 - INSS Patronal, parcelados em 60 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 31/10/2022. E em 28/04/2020 aderimos aos Parcelamentos Simplificado/Ordinário de Débitos previdenciários 0090821200028417972098 INSS-Terceiros, parcelados em 60 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 31/10/2022. E em 09/03/2021 aderimos aos Parcelamentos Simplificado/Ordinário de Débitos Previdenciários – Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta 19679-412458/2021-04, parcelados em 60 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 27/02/2026. E em 29/12/2021 aderimos aos Parcelamentos Simplificado/Ordinário - Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta referente aos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro /2021 e 3º Parcela IRPJ e CSLL apuração 2º. Trimestre / 2021 conforme Processo 19679-412545/2022-65, parcelados em 60 parcelas, corrigida mensalmente pela Selic com término em 30/11/2026.
12. Outras contas a pagar

	2021	2020
Adiantamentos de Clientes-SPTTrans	126	126
Diversos(Aluguel,contas consumo, Resam)	156	1.990
Processos Cíveis e Trabalhistas	2.825	2.389
Aluguel Frota Pública	57.740	35.824
Total	60.847	40.329

 Processos Cíveis e Trabalhistas referem-se a acordos já Transitados em Julgado. Adiantamentos de clientes – SPTTrans referem-se a valores adiantados pela mesma a serem descontados no exercício seguinte e Aluguel da Frota conforme Contrato 029/2019. **13. Provisão para contingências:** Passivos contingentes levam em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recurso para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiência segura. A Administração da Sociedade constituiu provisões para perdas no montante de R\$ 3.678 em função dos processos avaliados como perdas prováveis. Um ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Uma entidade deve reconhecer um ativo contingente quando

Lucro /prejuízo liq. do exerc. (antes do IRPJ e CSLL) (1.774) 464
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais
Depreciação, exaustão, amortização 916 2.855
Imposto de renda e contribuição social (275) (623)
Ganho/perda na venda de ativo imobilizado - 4
Decrescimo (acrescimo) em ativos operacionais
Contrato de mútuo e spttrans (12.786) (13.742)
Estoques 223 (80)
Adiantamentos 185 (20)
Depósitos judiciais 184 216
Participações societárias (177) -
Acrescimo (decrescimo) em passivos operacionais
Fornecedores 376 819
Impostos e taxas a recolher (662) 500
Provisão de férias e encargos (429) (863)
Obrigações trabalhistas e sociais 248 (785)
INSS - parcelamento PAES 1.330 487
Demais valores a pagar 20.518 918
Provisão para contingência (1.096) -
Caixa gerado pelas atividades operacionais **7.914** **9.848**
Atividades de investimentos
Aquisição de imobilizado 102 238
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos **102** **238**
Atividades de financiamento
Captações (liquidações de empréstimos) 5.851 -
Pagamento de empréstimos e financiamentos (12.830) (9.607)
Caixa liq. gerado (usado) nas atividades de financ. **(6.979)** **(9.607)**
Acrescimo (decrescimo) liq. em caixa e equiv. de caixa (96) (2)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 262 264
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício **166** **262**
há sua respectiva entrada de caixa. Em 04.03.2011 e 29.04.2011, a companhia protocolou dois processos judiciais contra a Municipalidade de S. Paulo e a São Paulo Transportes S.A. (SPTTrans) com os seguintes objetos: - Restituição de todos os valores cobrados a maior a título de aluguel da frota de trólebus, em razão da execução do contrato em vigor, processo em andamento – 2º. Instância aguardando julgamento em gabinete. - Readequação do cronograma de substituição da frota de trólebus, e para que seja afastada a responsabilidade da autora pela impossibilidade de cumprir o prazo. Ainda pede-se a restituição dos valores descontados da remuneração acrescido de juros e correção monetária, em andamento – 1º. Instância - Saneamento. Os processos acima referidos totalizam aproximadamente R\$ 19.183. Não reconhecidos na contabilidade como ativos contingentes devido ao estágio em que se encontram. Em 22 de Março de 2011 foi distribuída Ação Civil Pública requerida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, sendo os requeridos o Consórcio Leste 4, e todas as suas consorciadas. O referido processo tem como objeto a solidariedade entre as requeridas de indenizar os consumidores usuários de serviços de transporte coletivo especialmente da região leste da Capital, e se encontra ainda em 1ª instância de julgamento, classificada por seus assessores jurídicos como perda possível no montante de R\$ 57.127.
Descrição Saldo 2020 Baixa Depósitos Judiciais Saldo 2021
Provisão p/processos 4.773 (1.095) 3.678
14. Capital social: Durante o exercício de 2014 foi aumentado o capital social da empresa, passando a 18.750.000 (Dezoito milhões e setecentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, ao valor de R\$ 0,89 totalizando em R\$ 16,7. Com observância dos preceitos legais e feitas as amortizações necessárias, apurou-se o Prejuízo de R\$ 2.049, apurando assim um Prejuízo Acumulado Líquido de R\$ 14.204. **15. Receita operacional líquida:** As receitas do exercício foram reconhecidas integralmente pelo Regime de Competência. Em Janeiro de 2013 a empresa aderiu a Lei 12.715/2012, que substitui a Contribuição Previdenciária Patronal de 20% incidente sobre a folha de pagamento dos segurados empregados e contribuintes individuais pelo percentual de 2% sobre a Receita Bruta das empresas de Prestação de Serviços Transportes Rodoviário Coletivo de Passageiros e também no mesmo ano, mais precisamente em Maio/2013, o Governo publicou a MP 617/2013, que reduziu a Zero as alíquotas da Contribuição para PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, incidentes sobre a Receita decorrente da Prestação de Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros.

A DIRETORIA		
Eduardo Ciola - Diretor Administrativo		
José Eduardo Caldas Gonçalves - Diretor Operacional		
Adriana Aparecida Luz - CT CRC 1SP256788/O-2		

Receita Operacional **2021** **2020**
158.295 **154.823**
Receitas Municipais 158.295 154.823
(-) Deduções da Receita **(3.170)** **(3.049)**
Contribuição Previdenciária (Desoneração) (3.170) (3.049)
155.125 **151.774**
16. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco: Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a Empréstimos e Financiamentos junto ao BNDES. Os empréstimos e financiamentos estão atrelados às taxas prefixadas e são contratados do Curto e Longo Prazo. Os principais riscos de mercado que podem afetar diretamente a Companhia são as taxas de juros, riscos de liquidez e risco de crédito. **17. Eventos subsequentes:** Referente aos Processos SEI nº 5010.2021/0016200-0 e 6020.2021/0035505-0 e em conformidade com a carta DP/SCS 1801/2021 da São Paulo Transporte S.A., a cobrança do Aluguel da Frota ficará suspensa ate 31/03/2022.

São Paulo, 31 de março de 2022.
BC Control
Audidores Independentes S.S. **Sandro Casagrande - Sócio Contador**
CRC 2SP022159/O-0 CRC 1SP194140/O-9

Ilmo Srs. Aos Administradores e acionistas, **Ambiental Transportes Urbanos S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ambiental Transportes Urbanos S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ambiental Transportes Urbanos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da**

governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemoseticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publegal.diariodenoticias.com.br/>